



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681083 - SP (2021/0224517-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
THAIS GUERRA LEANDRO - SP374557
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WALLACE ROGER VIUDE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WALLACE ROGER VIUDE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500258-24.2019.8.26.0598).

O paciente foi condenado às penas de 12 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 1.250 dias-multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo criminal, a fim de reduzir a pena ao patamar de 7 anos, 9 meses e 22 dias de reclusão e ao pagamento de 781 dias-multa, mantendo o regime fechado para o início de seu cumprimento.

A impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, decorrente de equívoco na dosimetria da pena. Nesse sentido, afirma que o Tribunal não poderia, em recurso exclusivo da defesa, alterar o entendimento do juízo de piso e inserir novos processos para a consideração de maus antecedentes e reincidência, sob pena de caracterizar *reformatio in pejus*.

Insurge-se, ainda, contra a exasperação da pena à fração de 1/4 em razão da reincidência, salientando que o regime prisional imposto pela Corte de origem também deve se adequar às considerações ora apresentadas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a condenação imposta ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente